

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	818.616.620,128,93	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (III a+III b)	489.178.352,97	0,059757
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III do art. 20 da LRF)	621.943.977,14	0,075975
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	590.846.778,29	0,072176
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF)	559.749.579,43	0,068378

FONTE: SIAFI, COFIC/SOF/TSE e SETCO/CCF/SOF/TREMG. Emissão: 09/mai/2019 às 18h29min.

1 Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestres de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos.

Notas:

1. Limites Máximo e Prudencial estabelecidos pela Portaria TSE nº 385/2013.

2. Valor da RCL referente à Portaria STN nº 313, de 16 de maio de 2019.

ANEXO II

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MINAS GERAIS
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DOS LIMITES DE DESPESA COM PESSOAL EM CUMPRIMENTO AO ACÓRDÃO 553/2017 - TCU - PLENÁRIO. ITEM 9.4
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MAIO/2018 A ABRIL/2019

DESPESA COM PESSOAL				R\$ 1,00	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)				DESPESAS EXECUTADAS	
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)				571.242.139,95	
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)				82.063.786,98	
				489.178.352,97	
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL					
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)				818.616.620.128,93	
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL DTP sobre a RCL (V) = (III/IV)*100				0,059757%	
				% DA RCL	VALOR
LIMITE	LRF, art. 20, incisos I, II E III			0,076192%	623.720.375,21
	Resol CNJ 5/2005	Ato decorrente:	Portaria TSE nº 478, de 26 de setembro de 2005	0,076116%	623.098.226,58
MÁXIMO	Resol CNJ 26/2006	Ato decorrente:	-		-
	Resol CNJ 177/2013	Ato decorrente:	Portaria TSE nº 385, de 22 de agosto de 2013	0,075975%	621.943.977,14
	Justiça do Trabalho / Ato Conjunto TST.CSJT/2015/ \3				

FONTE: SIAFI, COFIC/SOF/TSE e SETCO/CCF/SOF/TREMG. Emissão: 09/mai/2019 às 18h29min.

Nota: 1) Valor da RCL referente à Portaria STN nº 313, de 16 de maio de 2019.

\3 Campo a ser preenchido pelos Tribunais da Justiça do Trabalho.

RENATA COUTO LESSA LIMA
Coordenadora de Controle Interno e Auditoria

ANA CAROLINA SILVA COSTA
Secretária de Orçamento e Finanças

ADRIANO DENARDI JÚNIOR
Diretor-Geral

Des. ROGÉRIO MEDEIROS
Vice-Presidente
Em exercício

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARÁ

PORTARIA Nº 18.731, DE 23 DE MAIO DE 2019

O Desembargador Presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Pará, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no inciso III do art. 54 e § 2º do art. 55 da Lei Complementar nº 101, de 04/05/2000, resolve:

Art. 1º Tornar público o Relatório de Gestão Fiscal desta Corte, relativo ao 1º Quadrimestre de 2019, e o Demonstrativo dos Limites de Despesa com Pessoal, em cumprimento ao Acórdão 553/2017-TCU-Plenário Item 9.4, na forma de seus anexos.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Des. ROBERTO GONÇALVES DE MOURA

ANEXO I

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARÁ
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MAIO DE 2018 A ABRIL DE 2019

														R\$ 1,00
DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS													
	(Últimos 12 meses)													
	LIQUIDADAS													INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS¹ (b)
	Mai/18	Jun/18	Jul/18	Ago/18	Set/18	Out/18	Nov/18	Dez/18	Jan/19	Fev/19	Mar/19	Abr/18	TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES) (a)	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	11.264.699,40	11.675.499,31	11.403.202,25	11.643.192,79	12.314.242,58	14.853.946,57	20.762.936,96	21.306.807,50	16.172.887,35	12.520.934,69	12.805.200,84	12.570.591,50	169.294.141,74	214.153,58
Pessoal Ativo	9.410.289,23	9.795.682,93	9.523.385,87	9.680.633,62	10.424.357,46	12.964.061,45	17.798.850,60	19.254.882,59	13.077.427,39	10.416.807,42	10.686.106,60	10.443.579,25	143.476.064,41	214.153,58
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	8.110.978,09	8.460.965,49	8.191.209,91	8.364.630,42	9.098.896,47	11.622.078,60	15.205.341,53	17.807.069,87	11.691.703,49	8.989.435,75	9.267.569,55	9.080.658,63	125.890.537,80	209.937,37
Obrigações Patronais	1.299.304,58	1.334.710,88	1.332.169,40	1.315.996,64	1.325.454,43	1.341.976,29	2.593.502,51	1.447.806,32	1.385.717,50	1.427.365,27	1.418.530,65	1.362.914,22	17.585.448,69	4.216,21
Benefícios Previdenciários	6,56	6,56	6,56	6,56	6,56	6,56	6,56	6,40	6,40	6,40	6,40	6,40	77,92	0,00
Pessoal Inativo e Pensionistas	1.854.410,17	1.879.816,38	1.879.816,38	1.962.559,17	1.889.885,12	1.889.885,12	2.964.086,36	2.051.924,91	3.095.459,96	2.104.127,27	2.119.094,24	2.127.012,25	25.818.077,33	0,00
Aposentadorias, Reserva e Reformas	1.573.321,66	1.595.374,36	1.595.374,36	1.594.931,17	1.595.226,63	1.595.226,63	2.504.771,11	1.680.835,83	2.628.301,21	1.785.204,17	1.791.018,66	1.791.018,66	21.730.604,45	0,00
Pensões	281.086,43	284.439,94	284.439,94	367.625,92	294.656,41	294.656,41	459.313,17	371.087,00	467.156,67	318.921,02	328.073,50	335.991,51	4.087.447,92	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	2,08	2,08	2,08	2,08	2,08	2,08	2,08	2,08	2,08	2,08	2,08	2,08	24,96	0,00
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (§ 1º do art. 19 da LRF)	1.854.410,17	1.879.816,38	1.879.816,38	1.962.559,17	1.932.707,13	1.889.885,12	2.964.086,36	2.084.276,94	3.095.459,96	2.104.127,27	2.191.172,86	2.132.724,56	25.971.042,30	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	0,00	0,00	0,00	0,00	42.882,01	0,00	0,00	32.352,03	0,00	0,00	72.078,62	5.712,31	152.964,97	0,00

Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	1.854.410,17	1.879.816,38	1.879.816,38	1.962.559,17	1.889.885,12	1.889.885,12	2.964.086,36	2.051.924,91	3.095.459,96	2.104.127,27	2.119.094,24	2.127.012,25	25.818.077,33	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	9.410.289,23	9.795.682,93	9.523.385,87	9.680.633,62	10.381.535,45	12.964.061,45	17.798.850,60	19.222.530,56	13.077.427,39	10.416.807,42	10.614.027,98	10.437.866,94	143.323.099,44	214.153,58

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	818.616.620.128,93	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (III a+III b)	143.537.253,02	0,017534
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III do art. 20 da LRF)	219.315.578,70	0,026791
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	208.349.799,76	0,025451
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF)	197.384.020,83	0,024112

FONTE: Sistema SIAFI, Unidade Responsável CCF/SOFC/TRE-PA , Data da emissão 20/Mai/2019 e hora de emissão 15h.

Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos.

Notas:

1. Limites Máximo e Prudencial estabelecidos pela Portaria TSE nº 385/2013.

2. Valor da RCL referente à Portaria STN nº 313, de 16/5/2019.

ANEXO II

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARÁ

DEMONSTRATIVO DOS LIMITES DE DESPESA COM PESSOAL EM CUMPRIMENTO AO ACÓRDÃO 553/2017-TCU-PLENÁRIO ITEM 9.4

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

MAIO DE 2018 A ABRIL DE 2019

DESPESA COM PESSOAL				R\$ 1,00	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)				DESPESAS EXECUTADAS	
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)				169.508.295,32	
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)				25.971.042,30	
				143.537.253,02	
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL					
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)				818.616.620.128,93	
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL DTP sobre a RCL (V) = (III/IV)*100				0.017534%	
				% DA RCL	VALOR
LIMITE	LRF, art. 20, incisos I, II E III			0,026868	219.945.913,50
	Resol CNJ 5/2005	Ato decorrente:	Portaria TSE nº 478, de 26 de setembro de 2005	0,026841	219.724.887,01
MÁXIMO	Resol CNJ 26/2006	Ato decorrente:	-	0,000000	
	Resol CNJ 177/2013	Ato decorrente:	Portaria TSE nº 385, de 22 de agosto de 2013	0,026791	219.315.578,70

FONTE: Sistema SIAFI, Unidade Responsável CCF/SOFC/TRE-PA. Data da emissão 20/Mai/2019 e hora de emissão 15h

Notas:

\1 Preencher apenas no caso de os limites do Órgão terem sofrido alteração em virtude das citadas Resoluções do Conselho Nacional de Justiça

\2 Indicar o Ato/Portaria que alterou os limites individuais do Órgão em decorrência da respectiva Resolução do Conselho Nacional de Justiça

\3 Campo a ser preenchido pelos Tribunais da Justiça do Trabalho

RICARDO SERRUYA DE MEDEIROS

Secretário de Orçamento, Finanças e Contabilidade

JAKSON JOSÉ SILVA FERREIRA

Secretário de Controle Interno e Auditoria

Substituto

OSMAR NELSON ELLERY FROTA

Diretor-Geral

ROBERTO GONÇALVES DE MOURA

Presidente do Tribunal

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO DE JANEIRO

PORTARIA Nº 9, DE 23 DE MAIO DE 2019

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO DE JANEIRO, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no caput do art. 48, no inciso III do art. 54 e na alínea "a", inciso I do art. 55 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 e na Portaria STN nº 313, publicada no D.O.U. de 17 de maio de 2019, com a tabela do anexo publicada no D.O.U. de 20 de maio de 2019, resolve:

Art. 1º Tornar públicos o Relatório de Gestão Fiscal e o Demonstrativo dos Limites de Despesas com Pessoal, relativos às despesas executadas por esta Unidade Gestora no período de maio de 2018 a abril de 2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Des. CARLOS SANTOS DE OLIVEIRA

ANEXO I

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO DE JANEIRO

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

MAIO DE 2018 A ABRIL DE 2019

RGF - ANEXO 1		(LRF, art. 55 - inciso I - alínea "a")													R\$ 1,00	
DESPESA COM PESSOAL	Despesas Executadas (Últimos 12 Meses)													TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES) (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCES-SADOS¹ (b)	
	Liquidadas															
	Mai/18	Jun/18	Jul/18	Ago/18	Set/18	Out/18	Nov/18	Dez/18	Jan/19	Fev/19	Mar/19	Abr/19				
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	33.779.188	34.103.381	33.842.539	33.768.016	33.715.163	34.430.108	55.135.810	47.825.957	50.851.723	37.381.199	37.266.078	37.305.143	469.404.310	7.125.455		
Pessoal Ativo	22.548.027	22.733.053	22.486.532	22.491.657	22.486.022	23.137.399	37.713.267	36.344.015	32.813.411	25.210.136	25.229.082	25.135.960	318.328.566	7.051.217		
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	19.144.794	19.269.694	19.041.695	19.058.438	19.061.198	19.700.998	30.637.438	32.728.550	29.044.823	21.434.788	21.454.339	21.409.782	271.986.542	6.952.574		
Obrigações Patronais	3.403.233	3.463.358	3.444.837	3.433.219	3.424.824	3.436.401	7.075.828	3.615.465	3.768.588	3.775.348	3.774.743	3.726.177	46.342.024	98.642		
Benefícios Previdenciários	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-		
Pessoal Inativo e Pensionistas	11.231.161	11.370.328	11.356.007	11.276.358	11.229.140	11.292.708	17.422.543	11.481.941	18.038.311	12.171.063	12.036.996	12.169.183	151.075.743	74.237		
Aposentadorias, Reserva e Reformas	7.101.788	7.315.471	7.227.195	7.223.133	7.241.525	7.258.628	11.221.864	7.411.618	11.769.196	7.870.843	7.832.627	7.861.164	97.335.058	-		
Pensões	4.129.372	4.054.856	4.128.811	4.053.225	3.987.615	4.034.080	6.200.678	4.070.322	6.269.115	4.300.219	4.204.368	4.308.018	53.740.685	74.237		
Outros Benefícios Previdenciários	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-		
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-		
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (§ 1º do art. 19 da LRF)	11.232.626	11.399.889	11.433.000	11.279.401	11.229.140	8.951.963	2.241.738	4.183.949	18.038.311	12.171.063	12.044.835	12.183.912	126.389.832	1.401.108		
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-		
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-		



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

PORTARIA Nº 210, DE 5 DE JUNHO DE 2019

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 9º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, no art. 59 da Lei nº 13.707, de 14 de agosto de 2018, na Portaria Conjunta nº 2 STF, de 29 de maio de 2019, na Instrução Normativa nº 3 TSE, de 11 de abril de 2014, e, ainda, no Processo Administrativo Digital TRE-BA, nº 8308/2019, resolve:

Art. 1º. Tornar indisponível para empenho e movimentação financeira o valor de R\$247.379,00 (duzentos e quarenta e sete mil, trezentos e setenta e nove reais), consignado ao Tribunal Regional Eleitoral da Bahia pela Lei nº 13.808, de 15 de janeiro de 2019.

Art. 2º Revogar a Portaria nº 118, de 1º de abril de 2019.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Des. JATAHY JÚNIOR

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO CEARÁ

PORTARIA Nº 496, DE 5 DE JUNHO DE 2019

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO CEARÁ, no uso das atribuições legais e com base no disposto no artigo 9º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, no art. 59 da Lei nº 13.707, de 14 de agosto de 2018, e na Instrução Normativa TSE nº 3, de 11 de abril de 2014, resolve:

Art. 1º Fica indisponível para empenho e movimentação financeira o valor de R\$ 2.473.793,00 consignado ao Tribunal Regional Eleitoral do Ceará na Lei nº 13.808, de 15 de janeiro de 2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da publicação.

Des. HAROLDO CORREIA DE OLIVEIRA MÁXIMO

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO

PORTARIA Nº 488, DE 4 DE JUNHO DE 2019

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO, no uso de suas atribuições legais e com base no disposto no artigo 9º da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº. 101/00 de 04.05.00), no artigo 58 na Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO (Lei nº. 13.707, de 14 de agosto de 2018), no Acórdão TCU nº. 3.652/2013, e conforme Ofício-Circular nº. 114/2019 GAB-DG do Tribunal Superior Eleitoral, de 03/06/2019, resolve:

Art. 1º Fica indisponível para empenho e movimentação financeira o valor de R\$ 247.379,00 (Duzentos e quarenta e sete mil, trezentos e setenta e nove reais), consignado ao Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão na Lei Orçamentária Anual de 2019 - Lei nº. 13.808, de 16 de janeiro de 2019.

Art. 2º Fica revogada a Portaria nº 260, de 02 de abril de 2019.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data da publicação.

Dê-se ciência. Publique-se. Cumpra-se.

Des. CLEONES CARVALHO CUNHA

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARÁ

PORTARIA Nº 18.752, DE 4 DE JUNHO DE 2019

O Desembargador Presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Pará, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no inciso III do art. 54 e § 2º do art. 55 da Lei Complementar nº 101, de 04/05/2000, resolve:

Art. 1º Retificar o Anexo I do Relatório de Gestão Fiscal desta Corte, referente ao 1º Quadrimestre de 2019, publicado no DOU de 28/05/2019, págs. 54 e 55, por meio da Portaria TRE/PA nº 18.731, relativamente ao seguinte:

I. Valor das Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração realizadas no mês de Set/18: onde se lê "42.882,01", leia-se "42.822,01"; e

II. Coluna do último mês do período de apuração de Despesas Executadas: onde se lê "Abr/18", leia-se "Abr/19".

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Des. ROBERTO GONÇALVES DE MOURA

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RORAIMA

RETIFICAÇÃO

Na Portaria GP nº 155, de 27.05.2019, ocorrida no Diário Oficial da União nº 101, Seção 1, de 28.05.2019. Na Despesa Total com Pessoal - DTP (V), onde se lê: 0,005130, leia-se: 0,005161.

Entidades de Fiscalização
do Exercício das Profissões Liberais

CONSELHO FEDERAL DE ECONOMIA

DELIBERAÇÃO Nº 4.923, DE 27 DE MAIO DE 2019

Homologa os processos administrativos apreciados na 690ª Sessão Plenária Ordinária do Conselho Federal de Economia

O CONSELHO FEDERAL DE ECONOMIA, no uso de suas atribuições legais e disposições regulamentares conferidas pela Lei nº 1.411, de 13 de agosto de 1951, Decreto nº 31.794, de 17 de novembro de 1952, Lei nº 6.021, de 3 de janeiro de 1974, Lei nº 6.537, de 19 de junho de 1978, e o que consta nos processos apreciados na 690ª Sessão Plenária Ordinária do Cofecon, realizada nos dias 24 e 25 de maio de 2019, em Brasília-DF; resolve:

Art. 1º Homologar as decisões exaradas nos processos abaixo relacionados: Comissão de Fiscalização e Registro Profissional. Indeferir Recurso: Remissão de débitos: Processo: 17.848/2016 (Corecon-RJ) Interessado: João Henrique dos Reis; Processo: 18.135/2017 (Corecon-RJ) Interessado: José Moura de Aguiar; Processo: 18.187/2017 (Corecon-RJ) Interessado: Holding Consultores Associados Ltda; Processo: 18.378/2018 (Corecon-RJ) Interessada: Salma Regina Elias Oquim; Processo: 18.387/2018 (Corecon-RJ) Interessada: Michelle Malafaia de Souza Gaspar; Processo: 18.416/2018 (Corecon-DF) Interessado: Joseneida Lúcia Pimenta de Aguiar. Não conhece Recurso: Remissão de débitos: Processo: 18.386/2018 (Corecon-RJ) Interessada: Mônica Caetano de Souza; Processo: 18.396/2018 (Corecon-SP) Interessado: Eduardo Ziaugra. Não conhece recurso: Suspensão de registro: Processo: 18.400/2018 (Corecon-SP) Interessada: Lucia Siqueira Passos. Defere recurso: Cancelamento de registro com remissão: Processo: 18.418/2018 (Corecon-DF) Interessado: Sergio Plácido Teixeira da Silva. Defere Cancelamento de registro e indefere a remissão: Processo: 18.163/2017 (Corecon-SP)

Interessado: Robson José Crocco. Indeferir Recurso: Registro remido: Processo: 17.965/2017 (Corecon-RJ) Interessado: Sérgio da Cruz Alves. Indeferir Recurso: Cancelamento de registro: Processo: 15.859/2013 (Corecon-MG) Interessada: Simone Gomes Pontes Cardoso; Processo: 17.870/2017 (Corecon-SP) Interessado: Comercial Asset Management Administração de Recursos S/A; Processo: 17.874/2017 (Corecon-SP) Interessado: J. Safra Asset Management Ltda; Processo: 17.875/2017 (Corecon-SP) Interessado: Safra Corretora de Valores e Câmbio Ltda; Processo: 17.966/2017 (Corecon-RJ) Interessado: MX Finanças Corporativas e Gestão de Recursos Ltda; Processo: 18.160/2017 (Corecon-SP) Interessado: F. Melhem Consultoria e Perícia Limitada-EP; Processo: 18.252/2017 (Corecon-SP) Interessado: Claudio Martinelli Campana; Processo: 18.377/2018 (Corecon-RJ) Interessado: Marcelo Mendonça Dayer; Processo: 18.398/2018 (Corecon-SP) Interessado: Alberto Francisco da Cunha e Silva Jacobsen; Processo: 18.399/2018 (Corecon/SP) Interessada: Polinvest Empreendimentos, Participações e Assessoria LTDA; Processo: 18.414/2018 (Corecon-DF) Interessado: R.R.Consultoria Ltda; Processo: 18.417/2018 (Corecon-DF) Interessada: Luciane de Oliveira Firme; Processo: 18.539/2018 (Corecon/MG) Interessado: Helder Lara Ferreira Filho; Processo: 18.651/2018 (Corecon-PE) Interessada: Danielle Tavares Pessoa. Não conhece recurso: Cancelamento de registro: Processo: 18.397/2018 (Corecon-SP) Interessado: Maria Cecília Conceição Dias Silva. Defere Recurso: Cancelamento de registro: Processo: 18.457/2018 (Corecon/ES) Interessado: Thiago Barcellos do Nascimento. Indeferir recurso: exercício ilegal da profissão: Processo: 17.562/2016 (Corecon-RJ) Interessada: Pacífico Gestão de Recursos LTDA; Processo: 17.931/2017 (Corecon-PR) Interessado: Evandro de Santa Cruz Arruda; Processo: 17.978/2017 (Corecon-SC) Interessada: Vera Lucia Medeiros; Processo: 18.058/2017 (Corecon-SC) Interessado: Ricardo G. R. Lezana; Processo: 18.260/2017 (Corecon-RJ) Interessada: ESP Consultoria Econômica e Financeira LTDA; Processo: 18.491/2018 (Corecon-MG) Interessado: Instituto Aquila de Gestão; Processo: 18.436/2018 (Corecon-PR) Interessada: Gusso & jung Participações Ltda; Processo: 18.437/2018 (Corecon-PR) Interessada: EAS Assessoria e Consultoria Empresarial S/C Ltda. Comissão de Educação. Defere Auxílio Financeiro nos termos do voto da relatora: Processo nº: 18.887/2019 (Corecon-AM), Auxílio financeiro - XI ENAM, Valor Aprovado: R\$ 3.500,00; Processo nº: 18.895/2019 (Ass. keynesiana), Auxílio financeiro - XII Encontro da Associação keynesiana brasileira, Valor aprovado: R\$ 5.000,00; Processo nº: 18.927/2019 (Corecon-RN), Auxílio financeiro - XVIII Prêmio RN, Valor Aprovado: R\$ 3.000,00; Processo nº: 18.965/2019 (ANGE), Auxílio financeiro - XXXIV Congresso da ANGE, Valor Solicitado: R\$ 10.000,00. Defere Auxílio Financeiro, com condicionantes, nos termos do voto da relatora; Processo nº: 18.956/2019 (ENECO), Auxílio financeiro - XLV Encontro Nacional dos Estudantes de Economia, Valor Aprovado: R\$ 5.000,00. Indeferir Auxílio Financeiro: Processo nº: 18.955/2019 (Corecon-PB), Auxílio financeiro - X Prêmio PB Prof. Celso Furtado, Valor Solicitado: R\$ 3.000,00.Comissão de Planejamento Estratégico, Modernização e Qualidade de Gestão: Defere Auxílio Financeiro, condicionada à reformulação do orçamento do Cofecon: Processo nº: 18.892/2019 (Corecon-GO), Auxílio financeiro - Reforma de Sede, Valor Solicitado: R\$9.000,00.

WELLINGTON LEONARDO DA SILVA
Presidente do Conselho

CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM

ACÓRDÃO Nº 4, DE 23 DE JANEIRO DE 2019

Processo Administrativo Cofen nº 1104/2018
Denúncia Coren-PB nº 072/2018
Parecer de Relator nº 357/2018
Conselheiro Relator: Dr. José Adailton Cruz Pereira
Denunciante: Coren-PB "de ofício"
Denunciada: Cátia Jussara de Oliveira Pereira, Coren-PB nº 238.448-ENF
ADMINISTRATIVO. PROCESSO ADMINISTRATIVO COFEN Nº 1104/2018. ADMISSIBILIDADE DE DENÚNCIA. Não admissibilidade.

Vistos, analisados, relatados e discutidos os autos do Processo Administrativo Cofen nº 1104/2018, originário do COREN-PB, Denúncia Coren-PB nº 072/2018.

ACORDAM os membros do Plenário do Conselho Federal de Enfermagem - COFEN, em sua 509ª Reunião Ordinária de Plenário, realizada no dia 23 de janeiro de 2019, por 08 (oito) votos a favor e 01 (um) voto contrário, em conformidade com o relatório, a ata e os votos que integram o presente julgado, por não admitir a denúncia apresentada contra a Enfermeira Dra. Cátia Jussara de Oliveira Pereira, Coren-PB nº 238.448-ENF.

MANOEL CARLOS NERI DA SILVA
Presidente do Conselho

JOSÉ ADAILTON CRUZ PEREIRA
Conselheiro-Relator

CONSELHO FEDERAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL

PORTARIA Nº 4, DE 30 DE MAIO DE 2019

Dispõe sobre os valores de diárias e auxílios representação devidos aos conselheiros, funcionários, assessores, fiscais, instrutores de processos ético- profissionais, membros de comissões e grupos de trabalho instituídos pelo CREFITO-17 e demais profissionais colaboradores, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DO CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL DA 17ª REGIÃO, no uso das atribuições conferidas pela Lei Nº 6.316/1975 e, cumprindo deliberação da VIª Reunião Ordinária de Plenária; realizada no dia 30 de maio de 2019, na sede desta Autarquia Federal, situada no JFC Trade Center- Av. Ministro Geraldo Barreto Sobral, 2100- Sala 308-Jardins, Aracaju-SE, 49026-010;

Considerando que a normatização da concessão de diárias, auxílio representação e jetons, mormente a fixação de seus valores, deve pautar-se pelo crivo da razoabilidade, do interesse público e da economicidade dos atos de gestão, bem como pelos demais princípios que regem a Administração Pública;

Considerando o disposto no Decreto 5.992/2006, o qual regula a concessão de diárias, auxílio representação e jetons no âmbito da administração federal direta, autárquica e fundacional, e a necessidade de compatibilizar as normas do CREFITO-17 para com o referido Decreto;

